

Plataforma de  
Educação  
Socioambiental  
do Programa  
Coleta Seletiva  
Solidária

março 2003



# Apresentação

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2002, 67 instituições (relacionadas ao final) que atuam nas áreas educativa, social, ambiental, econômica e cultural, num total de 100 pessoas, participaram do 1º Encontro de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo. Os participantes formularam uma concepção de educação socioambiental e diretrizes, estratégias e ações convergentes com o Programa de Coleta Seletiva Solidária, em implantação pelo poder público e pela sociedade organizada de São Paulo.

Essas propostas constam do documento *Plataforma de Educação Socioambiental e o Programa de Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo*, que deverá constituir-se num instrumento para fortalecer e consolidar a implementação de um sistema de coleta seletiva que integre a população dos catadores e catadoras de rua de forma contínua e sustentável e que ao mesmo tempo potencialize, complemente e/ou redefina ações de educação na cidade.

As propostas também servirão de apoio para uma política comum de desenvolvimento de ações e programas de educação socioambiental, coerentes com os princípios de sustentabilidade, de autogestão e de economia solidária. Espera-se que a implantação progressiva de ações e programas de educação socioambiental, tanto pelo setor público, quanto pelo setor privado, acompanhe o progresso do Programa de Coleta Seletiva Solidária.

O Encontro foi realizado pelo Pólis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais e co-promovido, em sua estruturação, pelo Comitê Metropolitano de Catadores, pelo Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, pelo Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, pelo Fórum Recicla São Paulo e pela Prefeitura do Município de São Paulo.

# O Programa de Coleta Seletiva Solidária

Está em andamento, na cidade de São Paulo, a implantação do Programa de Coleta Seletiva Solidária, coordenado pela Secretaria de Serviços e Obras, com os seguintes objetivos: implementação de uma política de reaproveitamento de resíduos com vistas à inclusão social – geração de trabalho e renda –; e mobilização da sociedade em torno desta proposta. O programa, portanto, tem como princípio a estruturação de um sistema de coleta seletiva associativista, que será operado pelas organizações de catadores e catadoras com apoio logístico do poder público (cessão de áreas públicas e de equipamentos), e a capacitação dos catadores e catadoras para atuarem em cooperativas de primeiro e de segundo grau.

O processo de implementação desse programa vem sendo desenvolvido desde maio de 2001, quando a prefeita Marta Suplicy criou um Grupo de Trabalho Intersecretarial – GTI para estruturar a política municipal de resíduos sólidos e como parte integrante desta, o programa de coleta seletiva. Os Fóruns, por sua vez, haviam desenhado um modelo de coleta seletiva, aos quais os GTIs acrescentaram suas propostas. A partir deste momento, definiu-se o sistema a ser implantado em São Paulo, denominado *Programa de Coleta Seletiva Solidária*. Desde então, atuamos em regime de gestão compartilhada dos resíduos sólidos domiciliares, buscando integrar massivamente os catadores e catadoras neste sistema, e conquistar ampla participação social.

O sucesso do sistema de coleta seletiva depende, em parte, da atuação do governo e, em parte, da *adesão da população*, a quem cabe separar seus materiais e entregá-los limpos para os catadores – que devem estar organizados em associações ou cooperativas –, ou levar esses materiais até os Postos de Entrega Voluntária – PEVs que serão disponibilizados pela Prefeitura.

Além disso, é fundamental que essa adesão envolva compreensão e valorização da dimensão social da proposta, ou seja, que esse programa reconheça o catador e a catadora como protagonistas do sistema de reaproveitamento de resíduos.

A educação socioambiental constitui-se em um fator-chave para a viabilização do sistema de coleta seletiva – através da ampla compreensão dos benefícios sociais e ambientais da reciclagem de materiais pós-consumo, os *recicláveis*, pode-se es-

timular uma mudança de valores, de práticas e de atitudes e, portanto, a participação permanente da população no Programa de Coleta Seletiva Solidária. Cabe lembrar que existe hoje na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana um número significativo de projetos de reaproveitamento de materiais pós-consumo, alguns desses projetos associados a programas educativos desenvolvidos por organizações de catadores, empresas privadas (clubes, condomínios, prédios residenciais e comerciais, supermercados, shopping centers), empresas e órgãos públicos, escolas, universidades, entre outros.

A educação socioambiental envolve a informação, a formação e a sensibilização dos munícipes, dos múltiplos interlocutores interessados no processo educativo, com vistas a promover novas atitudes, condutas e procedimentos que gerem uma cultura de sustentabilidade social, ambiental e econômica. O desafio é, por um lado, romper com o preconceito e com a discriminação dos catadores e catadoras de rua e, por outro, perceber a importância ambiental de não se desperdiçar materiais, dando-lhes outro destino, sempre que possível, que não seja o aterro sanitário. Trata-se, assim, de reconhecer o valor do trabalho dos catadores e fortalecê-lo para integrá-lo melhor na cadeia de reaproveitamento de resíduos. Trata-se também de sensibilizar a sociedade para a ampla dimensão ambiental, que envolve os três Rs (*redução, reutilização e reciclagem*), a sustentabilidade e a co-responsabilidade local e global.

A educação socioambiental é considerada local e globalmente como uma ferramenta poderosa para a mudança de paradigma em relação à geração e à destinação de resíduos sólidos urbanos, sem a qual corremos o risco de perpetuar valores e atitudes insustentáveis em médio e longo prazo.

Os resultados obtidos numa cidade como São Paulo, com 10 milhões de habitantes e 14 mil toneladas por dia de resíduos, certamente provocarão um impacto positivo nos 5.561 municípios brasileiros, que em sua maioria descartam os resíduos de forma inadequada.

Acreditamos que esta plataforma e o Programa de Coleta Seletiva Solidária possam servir de referência para o país.

O Ministério da Educação incluiu nos parâmetros curriculares nacionais o meio ambiente como tema transversal no sistema brasileiro de ensino. Cabe também destacar que as plenárias temáticas deliberativas do Orçamento Participativo sobre Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos, em nove macrorregiões da cidade, aprovaram como prioridade o desenvolvimento de programas de educação ambiental e de coleta seletiva.

# Concepção de educação socioambiental

São três os pressupostos filosóficos — ético, social e ambiental — para a abordagem das questões relativas à gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos e à educação para a redução, reutilização e reciclagem de resíduos pós-consumo, a serem tratados na *Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária*.

Primeiramente, é preciso um compromisso efetivo dos governos e da sociedade com a emancipação do ser humano, visando a eliminação dos desníveis sociais no país, nos municípios e nas cidades, e um compromisso com o desenvolvimento de ações, projetos e programas comprometidos com a preservação das fontes naturais de vida, tanto em âmbito público, quanto privado. A superação das desigualdades sociais passa pela inclusão na diversidade, ou seja, pela inclusão social, cultural e econômica. Assim, a gestão socialmente responsável de resíduos sólidos precisa implementar políticas públicas que priorizem a geração de trabalho e de renda direcionada aos catadores e catadoras e a formação de uma rede de educadores socioambientais em todo o município de São Paulo, que abranja os catadores e catadoras, ainda que não de forma exclusiva. Os educadores devem promover políticas descentralizadas de sustentabilidade, ou seja, a atuação deles deverá levar em conta as especificidades locais (perfil dos geradores de resíduos, tipos de organização social existentes na região etc.). A superação das desigualdades passa também por políticas públicas que criem condições concretas para o exercício pleno dos direitos de cidadania.

Um segundo pressuposto diz respeito à necessidade de explicitar as ideologias presentes nas políticas e ações a serem empreendidas. É preciso que se estabeleça um processo transparente, em que os diversos atores sociais envolvidos na implementação de políticas públicas e de projetos sociais revelem os valores, interesses e finalidades que os movem. Uma vez obtida essa transparência, é preciso também que se estabeleçam núcleos de consenso para que ações se efetivem.

O terceiro pressuposto, que ilumina uma nova concepção de gestão de resíduos, aponta para o *aprender a partir da ação, aprender fazendo*: a proposta vai sendo construída durante o processo de implementação. Isso pressupõe uma estratégia

de planejamento em que os objetivos e metas sejam móveis — no processo de implementação das ações deve ocorrer uma análise constante dos objetivos que, eventualmente, possam ser redesenhados.

A participação com diálogo constante e cotidiana é fundamental para a mudança de concepção do que seja gestão de resíduos. É a participação social que amplia os espaços de democracia no interior das associações, das cooperativas, das organizações sociais, das universidades, das instituições públicas e privadas. Participação concebida também como estímulo a que cada grupo, cada entidade e cada pessoa mergulhe dentro de si próprio e enfrente o desafio de descobrir qual é a ideologia, a filosofia, os objetivos que movem sua organização e as organizações da sociedade, desde as grandes instituições até os pequenos grupos e entidades. A idéia é conectar o indivíduo com o processo grupal, estimulá-lo a pensar toda a ação em que está envolvido — como por exemplo, em casa, na hora das refeições, é essencial pensar de onde vem aquele alimento, qual trabalho que esteve envolvido para a sua produção e como cada um pode contribuir para que este alimento esteja na mesa de todas as pessoas. Esta é a possibilidade de conectar as pessoas, os grupos, as instituições com os desafios globais. O mesmo vale, portanto, para as administrações municipais: para atuar de forma sustentável, integradora e sistêmica é preciso fazer a pergunta: *para que estamos gerindo esta Prefeitura?* A resposta poderá despertar alguma outra lógica, que supere a maneira tradicional de o poder público resolver os problemas da cidade — hoje, via de regra, só aparecem soluções de caráter imediatista, tecnocrático e pouco inovador.

De acordo com esses três pressupostos, sete diretrizes podem ser estabelecidas para o desenvolvimento de programas e ações de educação socioambiental no contexto de sistemas solidários de coleta seletiva:

**Ação local.** É a perspectiva de fomentarmos e estimularmos ações locais comprometidas com processos emancipatórios de todos os humanos, em todas as sociedades.

**Inclusão na diversidade.** Implica reaprender a trabalhar com a diferença, a discutir e contemplar a visão do outro, a promover a gestão de conflitos de forma equilibrada, sem permitir que desavenças políticas inviabilizem ações conjuntas voltadas para uma transformação maior da vida em sociedade.

**Emancipação.** Políticas públicas voltadas para a inclusão social só trarão resultados efetivos se promoverem a emancipação das pessoas, sua verdadeira independência, de forma que possamos prescindir de apoios assistencialistas e ter assegurado direitos de cidadania.

**Sobrevivência.** Não só no sentido do atendimento às necessidades básicas do ser humano, mas também de suprir necessidades, às vezes ocultas, de lazer, de cultura, de arte e de qualidade ambiental.

**Confiança.** É um conceito que precisa ser resgatado para enfrentarmos melhor os conflitos. A cultura atual é marcadamente a do *fast food*, tudo é rápido e descartável. As desavenças interpessoais e institucionais são resolvidas de forma precipitada, sem o tempo necessário para a compreensão profunda dos motivos do conflito, que possa resultar em soluções produtivas para ambas as partes. Laços estreitos de confiança unem as pessoas e permitem a continuidade das relações de forma construtiva e saudável. A confiança tem de ser cultivada, e deve contar com processos educacionais que a resgatem.

**Potência de ação.** Significa dar força às pessoas e às instituições para que acreditem em si próprias. Todos estão imbricados no processo de construção de uma nova sociedade e podem construir convergências que potencializem as ações de transformação.

**Educação para uma nova concepção de gestão de resíduos.** Programas de educação socioambiental tratam de conteúdos filosóficos, que, por sua vez, podem se desdobrar em procedimentos de caráter pedagógico e operacional. Esses procedimentos devem dialogar com as políticas públicas, para que se implemente uma nova visão de gestão de resíduos que se associe à educação para o reaproveitamento, à elaboração de critérios de consumo, à novas atitudes que contribuam para a redução da geração de resíduos (como o ato de recusar embalagens desnecessárias). Com essa perspectiva espera-se que as cidades superem o estágio de Limpeza Urbana, pois não haverá mais quem suje ou degrade o meio ambiente — estaremos numa sociedade em que a cidadania também envolverá atitudes de descarte seletivo, como deixar de jogar lixo em locais inadequados; enfim, estaremos sob a lógica da sustentabilidade ambiental e social. Portanto, educação ambiental será sinônimo de qualidade de vida.

# Diretrizes para a educação socioambiental

As diretrizes apresentadas a seguir, gerais e metodológicas, devem servir de referência para a implementação de programas e ações de educação socioambiental voltados para a ampliação e consolidação do Programa de Coleta Seletiva Solidária da Cidade de São Paulo, e também podem servir para outros programas que venham a ser desenvolvidos por iniciativa de instituições privadas e públicas.

## *Diretrizes gerais*

- Formular e implementar políticas públicas no âmbito da educação socioambiental articuladas com o Programa de Coleta Seletiva Solidária;
- Explicitar os fundamentos políticos e ideológicos presentes aos programas e ações desenvolvidos pelo conjunto das instituições;
- Valorizar o enfoque nas potencialidades culturais, sociais, ambientais e econômicas relacionadas à gestão dos resíduos sólidos, e não só nos problemas, com uma abordagem holística;
- Promover a noção de que o meio ambiente existe em vários níveis, do individual ao universal;
- Fortalecer a autonomia na organização dos catadores e nos processos de cidadania ativa;
- Promover a sensibilização e a conscientização para o consumo responsável, visando à minimização de resíduos segundo o princípio dos três Rs: redução (incluindo também o repensar e o recusar), reutilização e reciclagem;
- Estimular a reconceituação do termo *lixo*, diferenciando os resíduos reaproveitáveis dos rejeitos, significado exato de lixo;
- Valorizar os catadores e os triadores de materiais recicláveis como profissional do Programa de Coleta Seletiva Solidária;
- Enfatizar o caráter multidisciplinar das questões que envolvem os resíduos sólidos, incluindo e diferenciando as responsabilidades do poder público das da sociedade;
- Incluir a dimensão da saúde pública na abordagem para uma gestão sustentável de resíduos sólidos;
- Estimular atitudes individuais e coletivas, em todos os segmentos da sociedade, para desenvolver a solidariedade preconizada no Programa de Coleta Seletiva Solidária;

- Divulgar informações relevantes sobre o Programa de Coleta Seletiva Solidária, como por exemplo: a forma de participar do programa, os materiais que são recebidos pelas associações e pelas cooperativas, a maneira de separá-los, os locais para entrega voluntária, como fazer o aproveitamento integral da matéria orgânica, como criar ações educativas e parcerias, apresentar a história do programa etc.;
- Divulgar os benefícios da coleta seletiva solidária em todos os níveis envolvidos: social, ambiental, econômico etc.;
- Definir o conteúdo dos programas educativos a partir do universo de idéias, percepções e ações do público em questão, coerentes com os princípios da educação socioambiental contemplados no Programa Nacional de Educação Ambiental e com as diretrizes filosóficas e metodológicas apresentadas nesta plataforma.

#### *Diretrizes metodológicas*

- Considerar todos os setores da sociedade e do governo, adequando conteúdos, linguagens e estratégias para cada público;
- Promover o caráter formativo, informativo e vivencial da educação, utilizando abordagens interativas e participativas e enfatizando a coerência entre o discurso e a prática;
- Promover ações educativas, baseadas em diagnóstico socioambiental participativo, com as percepções, ações e experiências do público em questão;
- Estabelecer metas, critérios e mecanismos para o acompanhamento e a avaliação permanente dos programas educativos, construindo indicadores para mensurar sua eficácia;
- Criar mecanismos que garantam a continuidade dos programas educativos por meio da integração das esferas de educação formal e não-formal.

# Estratégias para implementação

As estratégias para implementação de ações e programas de Educação Socioambiental estão agrupadas em quatro conjuntos: estratégias gerais, estratégias do setor empresarial, estratégias do poder público e estratégias direcionadas aos catadores.

## *Estratégias gerais*

- Elaborar um glossário para unificar conceitos básicos e terminologias;
- Formar, capacitar e valorizar os profissionais e agentes multiplicadores envolvidos nos programas educativos, nos diversos setores da sociedade e do governo;
- Priorizar a capacitação dos participantes das iniciativas já existentes de coleta seletiva solidária;
- Realizar gincanas, olimpíadas, feiras culturais, oficinas de artesanato e arte;
- Elaborar campanhas e matérias para divulgação (folhetos, cartazes etc.);
- Organizar fóruns de discussão, cursos de capacitação, seminários, debates, eventos culturais; desenvolver material educativo e a abordagem porta-a-porta etc.;
- Organizar visitas monitoradas a centros, associações e cooperativas de triagem e de compostagem, a aterros sanitários e a outras unidades de aproveitamento e tratamento de resíduos;
- Definir estratégias educativas de médio e de longo prazo;
- Estimular ações que inibam o descarte ilegal;
- Articular as iniciativas já existentes e difundir experiências de educação socioambiental;
- Realizar planejamento estratégico participativo com gestão compartilhada, para garantir a implementação das ações educativas;
- Obter o apoio da mídia, sobretudo da televisão, salientando a importância de seu comprometimento com a educação;
- Formular propostas para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de forma a responsabilizar os geradores de resíduos.

## *Estratégias do setor empresarial*

- Estimular parcerias entre empresas e catadores para a gestão de resíduos sólidos com educação socioambiental;

- Fornecer infra-estrutura para a implantação de Postos de Entrega Voluntária – PEVs de materiais recicláveis e contratar catadores para atuar como educadores nesses postos;
- Apoiar programas públicos de formação de agentes socioambientais;
- Apoiar programas e ações educativas na esfera civil, coordenados por atores da sociedade, não vinculados a interesses de mercado, através da criação de um fundo empresarial e de outras modalidades de captação de recursos;
- Promover eventos segmentados para pequenas, médias e grandes empresas, para estimular o engajamento com o Programa de Coleta Seletiva Solidária;
- Participar efetivamente da educação socioambiental na sua comunidade, envolvendo os funcionários das empresas;
- Estimular as empresas a realizar pesquisas sobre o ciclo de vida de seus produtos;
- Criar um fórum de associações e de sindicatos patronais para o fomento de sistemas de coleta seletiva solidária e de outras ações de educação socioambiental;
- Incentivar as empresas para o desenvolvimento de programas e ações de educação voltadas para os três Rs e para a inclusão social dos catadores;
- Ser exemplo na destinação final de seus materiais e divulgar informações sobre a reciclabilidade desses materiais;
- Desenvolver discussões junto ao setor empresarial sobre as Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Resíduos Sólidos;
- Contribuir de forma efetiva, criando espaços de discussão, na elaboração das Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Resíduos Sólidos;
- Implantar um programa de coleta seletiva nas empresas que envolva associações e cooperativas de catadores;
- Divulgar instrumentos que habilitem as empresas como instituições social e ambientalmente responsáveis;
- Divulgar mensagens de conteúdo educativo, nos produtos, voltadas à economia solidária e à sustentabilidade ambiental;
- Engajar as empresas na reciclagem dos produtos fabricados;
- Engajar as empresas no desenvolvimento de pesquisas sobre o ciclo de vida dos produtos, que possam ser utilizadas para eventual redefinição de procedimentos e práticas produtivas;
- Desenvolver um debate público no meio empresarial para divulgação da *Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária*.

### *Estratégias do poder público*

- Implementar programas de capacitação para educadores da rede pública municipal e estadual;

- Articular o conteúdo do Programa de Educação Socioambiental da Prefeitura com o do Governo do Estado;
- Garantir recursos públicos para fazer diagnóstico participativo;
- Criar e integrar conselhos de representantes das Subprefeituras, e instrumentalizá-las para a educação socioambiental através dos planos regionais;
- Promover diálogo permanente entre as Subprefeituras, visando à implantação, difusão e acompanhamento dos programas educativos;
- Participar da elaboração das Políticas Nacional, Estadual e Municipal de Resíduos Sólidos;
- Utilizar espaços públicos para atividades de educação socioambiental;
- Desburocratizar o sistema licitatório dos órgãos públicos;
- Estimular e integrar os diversos setores do poder público na implementação de programas educativos;
- Incorporar o programa de educação socioambiental nos Planos Regionais das Subprefeituras (planos diretores regionais);
- Incorporar informações sobre sistemas de coleta seletiva solidária em materiais informativos sobre meio ambiente e nas contas de água e de luz;
- Desenvolver parcerias com empresas privadas e com universidades para a formação dos educadores da Secretaria Municipal de Educação e de outros órgãos públicos;
- Articular um fórum de discussão entre as três esferas de governo, para a discussão Política Nacional, Estadual e Municipal;
- Capacitar técnicos do poder público municipal e estadual para os programas educativos;
- Contratar ONGs e cooperativas pela Secretaria de Serviços e Obras e/ou Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade para formação de catadores;
- Contratar bolsistas do programa social da Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e Solidariedade para a divulgação porta-a-porta do Programa de Coleta Seletiva Solidária e das atividades educativas;
- Envolver as entidades, ONGs, associações ambientalistas na divulgação das propostas da *Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária*;
- Atuar em rede com o comércio, com as Subprefeituras de São Paulo e com a sociedade civil, nos locais onde haverá centrais de coleta seletiva solidária;
- Garantir a execução de programas educativos em todas as secretarias da Prefeitura e criar uma coordenação intersecretarial para implementar os programas de educação socioambiental na Prefeitura de São Paulo;
- Integrar outras atividades e programas das secretarias, relacionados com a questão.

### *Estratégias direcionadas aos catadores*

- Promover a conscientização e a valorização do catador;
- Elaborar plano de educação socioambiental tendo como referência exemplos concretos da atuação dos catadores e de suas associações e cooperativas;
- Promover troca de experiências entre as organizações dos catadores, para a valorização profissional, através de cursos de capacitação, de visitas a empresas recicladoras, entre outras;
- Criar equipes, nas cooperativas e associações, para a formação dos catadores;
- Desenvolver cursos de diversificação da coleta seletiva e de reaproveitamento de materiais sob a forma de arte e artesanato, para ampliar os ganhos dos catadores;
- Estimular a sensibilização da população sobre os benefícios sociais e ambientais da coleta seletiva, capacitando-a, através de ação porta-a-porta dos catadores;
- Explicar a cadeia produtiva, o ciclo de vida dos produtos e as possibilidades que os materiais oferecem;
- Desenvolver processos de formação, em diversas competências, dos catadores que fazem triagem, para atuarem simultaneamente como educadores, agentes ambientais e profissionais de reciclagem;
- Promover a criação de espaços nos centros de triagem e nas cooperativas de catadores, para receber a população.

**ERRATA:**

**Onde se lê:**

**Estratégias direcionadas  
aos catadores**

**Leia-se:**

**Estratégias dos catadores  
e catadoras**

## Instituições que assinam a Plataforma

Água e Vida - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
APROMAR - Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste  
Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo - CIVES  
Associação Brasileira do Alumínio - ABAL  
Associação Brasileira dos Produtores de Embalagens PET - ABEPET  
Associação Brasileira das Indústrias de Vidro  
Associação de Catadores Raio de Luz - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
Associação de Moradores da Ilha do Bororé  
Associação Moradores da Favela Dois de Maio - Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste  
Associação Moradores do Jardim Eliane e Fernandes - Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste  
Associação Paulista de Supermercados  
Associação Reciclázaro - Fórum Recicla São Paulo  
Cala a Boca Já Morreu  
Centro Comunitário da Vila Jacupia - Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste  
Centro Universitário Fundação Santo André  
Colégio Brasília  
Comitê Metropolitano dos Catadores  
Condomínio Conjunto Nacional  
COOPAMARE - Comitê Metropolitano dos Catadores  
COOPERCOSE - Fórum Recicla São Paulo  
COOPERMAPE - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
COORPEL - Comitê Metropolitano dos Catadores  
CRUMA - Cooperativa de Reciclagem Unidos pelo Meio Ambiente - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
Departamento de Materiais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo  
Escola Viva  
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Núcleo de Ação Social  
Federação do Comércio do Estado de São Paulo  
Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
Fórum Lixo e Cidadania do Estado de São Paulo  
Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste  
Fórum Recicla São Paulo

Grupo de Catadores Rodolfo Pirani - Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste  
Instituto 5 Elementos - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
Instituto Akatu - Comunidade de Consumo Consciente  
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor  
Instituto Eco Futuro  
Instituto Ethos, Empresas e Responsabilidade Social  
Instituto GEA - Fórum Recicla São Paulo  
Instituto Kairós  
Instituto Pólis - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
Laboratório de Educação e Política Ambiental - Departamento de Ciências Florestais - ESALQ - USP  
Operação Cata-Cata  
Plastivida/ABIQUIM  
Projeto Pedra Sobre Pedra - Fórum Recicla São Paulo  
Projeto Vira Lata - Fórum Recicla São Paulo  
Projeto Vitória - Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo  
Prolata  
Pueras - Fórum Recicla São Paulo  
Rádio Cultura  
Recicla Norte - Fórum Recicla São Paulo  
Reciclação - Fórum Recicla São Paulo  
Recifran - Comitê Metropolitano dos Catadores  
Rede Eco-Estudantil  
Resgate Total - Fórum Recicla São Paulo  
Sapo Ecológico - Fórum Recicla São Paulo  
Secretaria de Estado do Meio Ambiente  
Secretaria de Infra-Estrutura Urbana - Prefeitura Municipal de São Paulo  
Secretaria Municipal da Cultura - Prefeitura Municipal de São Paulo  
Secretaria Municipal das Subprefeituras - Prefeitura Municipal de São Paulo  
Secretaria Municipal de Assistência Social - Prefeitura Municipal de São Paulo  
Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura Municipal de São Paulo  
Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura Municipal de São Paulo  
Secretaria Municipal de Serviços e Obras - Prefeitura Municipal de São Paulo  
Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de São Paulo  
SENAC São Paulo - Coordenação do Curso de Graduação em Gestão Ambiental  
SESC Interlagos  
SESC Pompéia  
Sindicato do Comércio Atacadista de Sucata Ferrosa do Estado de São Paulo  
Sociedade Ambientalista Leste - Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste  
Tetra Pak  
UNESP - Rio Claro  
União de Mulheres de São Paulo





**CAIXA**

**FRIEDRICH  
EBERT   
STIFTUNG**